

26/fev/2015

Sustentabilidade em salto triplo?

Por **José Eli da Veiga**

Com setenta anos de governança global do desenvolvimento alheia à conservação da biosfera, e quarenta anos de governança ambiental global amesquinhada por tamanha incongruência, não há exagero em se afirmar que ainda nem saiu do papel o projeto de desenvolvimento sustentável consagrado no Rio em 1992.

É possível, porém, que a distância entre essas duas governanças comece a ser encurtada se forem bem sucedidos três eventos da agenda das Nações Unidas para o segundo semestre: julho em Addis Abeba, com a terceira conferência sobre financiamento do desenvolvimento (3ª FFD); setembro em Nova York, com a sessão especial sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que substituirão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM); e dezembro em Paris, com a 21ª rodada do imbróglio do clima (CoP-21).

Prognósticos sobre os desfechos dessas cúpulas não podem passar de chutes ou meras apostas, pois ainda são incipientes as pesquisas científicas sobre as duas dimensões fundamentais do problema: a governança global e a sustentabilidade. Mas o que já saiu dessas pesquisas está cada vez mais acessível, podendo ajudar muito nas futuras avaliações da bem-vinda trinca de negociações multilaterais.

Desde 2008 existe um grande projeto de pesquisa liderado por cientistas políticos sobre a governança global da sustentabilidade, infelizmente com o estranho título Governança do Sistema Terra: www.earthsystemgovernance.org Ele constitui um dos 23 clusters da rede científica Terra Futura (www.futureearth.org), nova etiqueta da Parceria pela Ciência do Sistema Terra (ESSP: "Earth System Science Partnership"), sintomaticamente adotada após avaliação de desempenho de seus primeiros dez anos (2001-2011).

Três outras iniciativas sem vínculos institucionais com Terra Futura também são fontes cruciais para se entender melhor a desgovernança mundial da sustentabilidade. A mais antiga, criada em 1999, é a aliança dos pesquisadores (principalmente ecólogos) que consideram a resiliência dos sistemas sócio-ecológicos como base para a sustentabilidade: www.resalliance.org A mais recente é a dos cientistas sociais que fundaram em 2005 a revista "Solutions": www.thesolutionsjournal.com. E entre as duas teve início a institucionalização da novíssima Ciência da Sustentabilidade, por algum tempo só nas universidades de Harvard e de Kyoto, mas que conta, desde 2006, com um razoável periódico científico internacional - link.springer.com/journal/11625 - além de uma excelente seção especial na prestigiadíssima PNAS: <http://sustainability.pnas.org>

Quem navegar por essa meia dúzia de websites certamente notará a imensa dificuldade de se transformar o conhecimento já acumulado - tanto sobre os sistemas biogeofísicos quanto sobre a cooperação global - em diretivas que aproximem os arranjos de governança voltados à sustentabilidade e ao desenvolvimento.

Nem tanto no âmbito da mudança climática - que deve incluir sua irmã gêmea, a acidificação dos oceanos - pois o processo já avançou o suficiente na direção de um amplo consenso global sobre a necessidade de se evitar aumento superior a dois graus centígrados da temperatura média do início do século XX. Claro, persistem controvérsias sobre o correspondente limiar de concentração atmosférica dos gases de efeito estufa (ou só de dióxido de carbono) capaz de atingir tal objetivo. Também não há acordo na comunidade científica sobre qual deveria ser um aceitável limite à acidificação oceânica. Mas não é nada disso que emperra a governança, e sim a extrema lentidão dos processos políticos nacionais imprescindíveis a uma efetiva descarbonização, processo essencialmente dependente das 45 economias representadas no G-20.

Nada parecido pode ser dito sobre os outros dois impactos ambientais do desenvolvimento em que o sinal vermelho também já pode estar sendo queimado: o da erosão da biodiversidade e o das alterações de fluxos biogeoquímicos (ciclos do nitrogênio e do fósforo). Para o primeiro até já se dispõe da razoável Convenção de 1992 (CDB) e do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (2000), mas está longe de ter surgido algum consenso científico sobre parâmetros de monitoramento, como, por exemplo, as propostas pela segunda versão da abordagem "Planetary Boundaries", publicada em 15 de janeiro na revista "Science" vol. 347, nº 6223. E para conter as já numerosas manchas de excesso de nitrogênio em ambientes costeiros (as zonas mortas), nem sequer começaram os imprescindíveis entendimentos multilaterais.

Em tais circunstâncias, será excelente se ocorrer no segundo semestre de 2015 uma espécie de salto triplo em direção à governança global da sustentabilidade. Se, ao contrário, só forem colhidos novos fracassos, isso certamente soará apocalíptico, particularmente aos adeptos da crença ambientalista de que os limites naturais às ambições humanas seriam parâmetros do Holoceno. Felizmente, contudo, é quase certeza que passos de tartaruga nos três eventos ajudem o mundo a continuar avançando por veredas do meio.

José Eli da Veiga, professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP) e autor de "A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade" (Editora 34, 2013).
Página web: www.zeeli.pro.br
